



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER JURÍDICO Nº 009/2017

Referência: Projeto de Lei nº 008/2017

Autoria: Poder Executivo Municipal

Ementa: “Análise da legalidade das emendas 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011 e 012 e da subemenda 001 à emenda 003 ao Projeto de Lei nº 008, de 22 de fevereiro de 2017, que Altera a Lei Municipal nº 2.699, de 16 de Junho de 2015, que trata do Plano Municipal de Educação – PME, e dá outras providências”.

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa, para emissão de parecer, as emendas 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011 e 012 e subemenda 001 à emenda 003 ao Projeto de Lei nº 008, de 22 de fevereiro de 2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que tem como objetivo realizar uma revisão do Capítulo I, da Lei Municipal nº 2.699, de 16 de junho de 2015, relativo às Metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, que trata da garantia do direito à educação básica com qualidade (primeiro grupo de metas).

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 – Das Emendas

Ao examinar a matéria, verifica-se que, excetuadas as emendas 009 e 010, todas as outras emendas são de natureza legislativa e atendem ao princípio da legalidade.

Conforme citado acima, verifica-se que as emendas nº 009 e 010 retiram direitos da comunidade quilombola, previstos no texto original do projeto, afrontando, sobremaneira, a Constituição Federal, que assegura a igualdade de todos perante a lei, bem como o direito a cidadania, a dignidade da pessoa humana e a educação, dentre outros.

Assim, verificando que as emendas nº 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 011 e 012 e a subemenda 001 à emenda nº 003 estão de acordo com a

Alencar
R



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município e obedecem as técnicas Jurídicas e Legislativas, opino favoravelmente pela tramitação destas proposições e pela rejeição das emendas 009 e 010.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, depois de observadas as recomendações previstas neste parecer, a Procuradoria Jurídica **OPINA**, salvo melhor juízo, pela viabilidade técnica das emendas 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 011 e 012 e da subemenda 001 à emenda nº 003 ao Projeto de Lei nº. 008/2017.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Guanhães/MG, 05 de maio de 2017.

Henrique Guilherme P. Bretas de Campos
Procurador Geral

Alberto Magno Dias
Procurador Geral Adjunto